



Pela reconstrução de um projeto para o Marajó

A Mesorregião do Marajó está localizada no Estado do Pará, se estendendo por 102.809 km², área maior que países como Portugal e Áustria. Sua população é estimada em 577.790 habitantes segundo estimativas do IBGE para o ano de 2021 e vive em 16 municípios distribuídos em três microrregiões: Arari (campos do Marajó e praias), Furo de Breves (furos e ilhas) e Portel (florestas de terra-firme).

Infelizmente, de acordo com o censo de 2010, o Marajó detém 8 de seus 16 municípios entre os 50 piores IDHs do Brasil. O repasse federal em serviços públicos por habitante marajoara em 2021 foi de R\$ 1.646,53, cujos valores corrigidos são os mais baixos desde 2010. O PIB *Per Capita* médio entre os marajoaras em 2019 foi de R\$ 7.891,26, com açaí, pescado, camarão, farinha e madeira sendo os principais produtos da economia regional. O açaí é o destaque na economia local, movimentando só em 2020 cerca de 624 milhões de reais.

Em relação a cobertura do solo, a partir dos dados da plataforma MapBiomas, o Marajó possui 73% de florestas, 14% de campos naturais, 11% de corpos d'água e 2% de áreas desflorestadas. Apesar do baixo percentual, o desmatamento cresceu bastante nos últimos anos impulsionado pelas atividades econômicas no entorno da hidrelétrica de Belo Monte. Além disso, a extração ilegal de madeira tem sido um dos principais desafios socioambientais da região, principalmente em municípios como Portel, Melgaço e Bagre.

Este território rico, detentor de grande biodiversidade e paisagens únicas de florestas e campos naturais, precisa ser inserida na reconstrução de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, mas em um novo contexto de desenvolvimento socioambiental que apresente oportunidades de viabilizar o fomento de atividades produtivas, autonomia e soberania alimentar e nutricional da população, e valorização da cultura e do território.

Após quatro décadas desde a redemocratização, o Marajó permanece cercado por problemas relacionados à desigualdade de renda, concentração da terra, abuso do poder econômico e político, ainda que com todo o potencial turístico da ilha.

Até nossos dias, questões como acesso ao saneamento, energia elétrica, educação e saúde públicas de qualidade não foram resolvidas, além dos prolongados conflitos fundiários e

o avanço de monoculturas, como o arroz, que ameaçam a biodiversidade e a economia de povos e comunidades tradicionais locais.

Será preciso ampliar a articulação institucional, envolvendo órgãos de vários ministérios, agências de desenvolvimento, Universidades, e outros setores, além do governo estadual, prefeituras municipais e movimentos sociais para recriar um projeto político nos três níveis de governo.

É imperiosa uma nova agenda de desenvolvimento sustentável em busca da justiça social e melhores condições de vida para a população marajoara, combatendo ainda a exploração sexual infanto-juvenil.

O Marajó precisa viver e se desenvolver, mas isso não será possível com atos antidemocráticos, intolerância religiosa, racismo contra conhecimentos, saberes e fazeres dos povos marajoaras e com o incentivo à violência e a ação do capital marginal que vem depredando a ilha e a Amazônia.

Urge que haja a retomada do **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do MARAJÓ - PDTSAM**, com participação do Governo Federal e Estadual e com um Comitê Gestor com participação da Sociedade Civil organizada.

É imperativo também que haja a revisão do **Decreto 10.260 (Programa Abrace Marajó)**, através de um processo sólido, claro, representativo e participativo, com garantia de poder às populações da região, em sua pluralidade e diversidade de território, cultura, crença, valores e ideias, tendo nos direitos humanos o arcabouço base. Importante considerar que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 157/22 susta o Decreto 10.260/20, que instituiu o programa “Abraça o Marajó” pois não houve participação dos cidadãos na formulação, na implementação e no controle social dessa política pública, conforme assegura a Constituição Federal.

Reconhecemos que a integração dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** aos instrumentos de planejamento para o Marajó ao lado de outras ações que promovam o envolvimento de gestores, do legislativo e da sociedade, são fundamentais para aumentar a capacidade de promover processos de mudanças em prol do desenvolvimento sustentável para esta região.

É neste contexto, que a **Campanha Marajó Vivo e o Observatório do Marajó**, redes de atuação em prol do fortalecimento do espaço cívico e de luta por políticas públicas para os 16 municípios do Marajó, vêm apresentar sua contribuição para uma agenda política em tempos de eleições, com ações contundentes para o Marajó.

Em nosso entendimento, programas políticos nas esferas federal e estadual devem considerar ações concretas pelo Desenvolvimento do Marajó democrático e inclusivo, voltadas para a população marajoara e não para setores elitizados da sociedade brasileira.

Os seguintes compromissos se apresentam como urgências para o Marajó:

SAÚDE

- Implantação de um hospital de referência no tratamento do câncer em Breves e Soure;
- Inclusão dos cursos de medicina e enfermagem na UFPA Campus Breves;
- Melhoria do sistema de saúde, especialmente, às populações mais distantes dos centros urbanos.
- Fortalecimento dos mecanismos de transparência, controle social e participação nas políticas, programas e repasses de saúde.

EDUCAÇÃO

- Prioridade no pagamento dos precatórios do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF.
- Fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa instaladas na região, buscando ofertar mais cursos de nível superior, mais recursos para infraestrutura, mais recursos para projetos/programas de ensino-pesquisa-extensão e qualificação profissional, oportunizando a formação de recursos humanos de qualidade, em especial, aqueles cidadãos que não dispõem de recursos para se deslocar para outros municípios;
- Ampliação do programa WI-FI Brasil para inclusão digital das escolas rurais marajoaras;
- Que se faça cumprir pelas prefeituras a legislação referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – de compra de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar para a merenda dos estudantes.

CULTURA

- Aumento de investimentos ao Museu do Marajó;
- Criação dos *campi* do Museu do Marajó nas microrregiões de Furo e Ilhas e das Florestas de Terra Firme;
- Consagração do açaí das ilhas (na foz do rio Amazonas, no Pará, em torno da parte ocidental da ilha de Marajó e do baixo Tocantins) como produto *terroir*;
- Política pública de reconhecimento de práticas, espaços e saberes tradicionais dos povos das florestas, rios e campos, incluindo suas práticas tradicionais religiosas, como patrimônio cultural a ser salvaguardado e valorizado.

MEIO AMBIENTE

- Criação de usinas de tratamento de lixo e aterros sanitários;
- Incentivo à elaboração de Acordos Comunitários de Pesca em todas bacias, Calha do Rio Amazonas e Lago Arari;
- Proibição de pulverização aérea de agrotóxicos - os riscos e impactos da pulverização aérea já são conhecidos; O perigo é ratificado nacionalmente. A Embrapa aponta que 19% do agrotóxico manejado através do método de pulverização aérea é dispersado para áreas fora da região de aplicação; 49% são retidos pelo solo e apenas 32% alcançam efetivamente as plantas da área de aplicação;
- Avanço nos processos de registro do Cadastro Ambiental Rural na modalidade *Povos e Comunidades Tradicionais* para benefício das famílias agroextrativistas;
- Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal - RDS Campos do Marajó para diminuir as pressões do agronegócio à biodiversidade e aos rios marajoaras;
- Criação da reserva marinha da costa de Chaves;
- Criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a construção da Política Regional de Pagamento/Reparação Por Serviços Ambientais e Justiça Climática.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Proteção às comunidades quilombolas e políticas públicas de promoção da vida dos povos ribeirinhos e demais comunidades tradicionais;
- Fortalecimento da rede de acolhimento e atendimento psicossocial, aumentando o investimento orçamentário e garantindo protocolos alinhados à OMS, aos Direitos Humanos e à luta anti-manicomial;
- Fortalecimento das instituições públicas e dos mecanismos institucionais de transparência, controle social e participação nas políticas, programas e repasses de segurança pública;
- Garantia de formações regulares em Cultura de Paz e Direitos Humanos para agentes de segurança e servidores públicos das pastas conectadas;
- Ampliação da rede de denúncia e proteção a mulheres;
- Garantia de autonomia e fortalecimento dos mecanismos institucionais de combate à corrupção;
- Combate à violência, garantindo segurança à população marajoara.

PROGRAMA DE HABITAÇÃO

- Retomada dos programas de habitação às famílias carentes do Marajó;
- Investimentos em saneamento básico nos municípios marajoaras, tanto na área urbana quanto rural.

DIREITOS HUMANOS

- Política mais rigorosa no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Programa soberania alimentar para cidade e campo;
- Combater às rotas e tráfico de drogas, a partir do fortalecimento dos mecanismos de inteligência e cooperação entre as instituições do sistema de justiça e segurança pública;
- Adoção de políticas concretas que levem ao fim da guerra às drogas e do encarceramento em massa, sobretudo da população negra;
- Aumento dos investimentos em serviços públicos anuais por habitante (sem os auxílios sociais diretos) dos R\$1.600,00 de 2021 para R\$3.000,00 por marajoara nos próximos 5 anos;
- Fortalecimento dos mecanismos público-institucionais de proteção a vítimas, denunciantes e testemunhas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Avanço na regularização fundiária, hoje contando com 44% das áreas habitáveis do Marajó com ordenamento territorial; mesmo nas áreas destinadas, é dever do estado garantir a documentação das famílias garantindo a segurança da terra;
- Reconhecimento e a demarcação das terras dos Territórios Quilombolas;
- Retomada da política de emissão dos Termos de Autorização de Uso da Superintendência da União, documentos muito importantes no rol de comprovação de residência e acesso a políticas públicas;
- Cancelamento imediato por parte dos governos federal e estadual de todo Cadastro Ambiental Rural feito de má fé que grila terras e gera conflitos no meio rural marajoara, principalmente aos sobrepostos a Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas;
- Atualização da Relação de Beneficiários do INCRA a fim de reconhecer as novas famílias estabelecidas nos últimos 10 anos para acesso a políticas de crédito e de segurança fundiária;

- Combate à grilagem de terras públicas seja por meio do CAR de má fé ou das ações derivadas das negociações do chamado *mercado de carbono*, que indiretamente se apossam de territórios comunitários.

INFRAESTRUTURA

- Retomada do Programa Luz para Todos e a interligação de todos os Municípios à UHE Tucuruí;
- Implantar Distritos Industriais em todos Municípios para beneficiamento da produção local de forma sustentável (açai e outras frutas, pescado, gado, madeira. etc.)
- Implantar um Plano hidro-rodoviário interligando os municípios da Ilha.
- Criação de Zona de Livre Comércio a partir de um processo deliberativo envolvendo também as associações comunitárias, cooperativas locais, movimentos sociais, academia e organizações da sociedade civil marajoara;
- Extensão de ligações de energia elétrica e de fibra ótica para internet;
- Investimentos na infraestrutura de portos e aeroportos;
- Estratégias de mobilidade como política pública para a região do Marajó, construídas e definidas com participação popular. Em 2008 iniciou-se uma discussão do **Plano Regional de Transporte para o Marajó**, no entanto este ficou somente no esboço da minuta;

As eleições de 2022 são uma grande oportunidade para virar a página da alta vulnerabilidade das famílias e do baixíssimo IDH marajoara e diminuir o distanciamento entre governantes e governados!

22 de setembro de 2022